

ANEXO I – Termo de Referência

Requisição de Compras nº 266/2026

1. Fundamento Legal

Dispensa de Licitação realizada sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no inciso II c/c § 3º do art. 75.

2. Objetivo

Estabelecer as especificações mínimas (técnicas, comerciais e legais) necessárias para aquisição de 18 (dezoito) terminais telefônicos IP (protocolo internet).

3. Justificativa

Aquisição dos 18 (dezoito) terminais telefônicos tem como finalidade suprir a necessidade de ampliação dos setores Planejamento 15 (quinze) unidades e do setor de Atendimento presencial 3 (três) unidades, ambos localizados no Escritório Central do SAAE, tendo em vista não existir custo benefício com a instalação de terminais telefônicos analógicos convencionais para as referidas ampliações dos setores citados.

4. Especificações técnicas

- 4.1** Aquisição de **18 (dezoito) unidades** de Terminal telefônico IP (protocolo internet); Terminal telefônico IP (protocolo internet) com as seguintes características mínimas: suporte a uma conta sip; display gráfico de 128x32 pixels; tecla dedicada para realização de conferencia; tecla menu para acesso as configurações básicas do terminal; tecla para correio de voz, sigilo (mute), viva-voz e atendimento via headset, todas com sinalização por led; teclas para ajustes de volume de áudio e campainha, flash e rediscar; 2 portas ethernet de 10/100 mbps; possibilidade de instalação em mesa ou parede; sinalização de campainha por led; garantia de qualidade na voz com suporte a qos; capacidade para registro em servidor primário e secundário; fonte de alimentação ac 100 a 240V / saída dc 7v/500mA; suporte aos protocolos de sinalização ip, tcp, udp, lldp, arp, http, https cliente dhcp, cliente dns, vlan 802.1q, ntp (network time protocol), rtp (real

time protocol) e rtcp (real time control protocol), srtp,sips (suporte a segurança de chamada) e 802.1x, permitindo que este seja habilitado ou desabilitado; protocolo ipv4 e ipv6; segurança vlan ieee 802.1q; alimentação poe ieee 802.3af. (Código SAAE – 32.0118)

Referência: Marca Intelbras, modelo TIP 125I

5. Especificações comerciais

5.1 Faturamento:

5.1.1 As notas fiscais referentes a fornecimento de equipamentos deverão ser emitidas da empresa vencedora para o SAAE. Não serão aceitas notas fiscais emitidas diretamente de fabricantes e/ou co-fornecedores para o SAAE.

5.2 Prazos de entrega:

5.2.1 Prazo de entrega: 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento do pedido de compra.

5.3 Forma de pagamento:

5.3.1 Pagamento 28 dias contados a partir da data de emissão das notas fiscais ou boletos.

5.3.2 Tendo em vista atendimento às portarias estabelecidas pelo governo federal IN RFB Nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e IN RFB Nº 2145, de 26 de junho de 2023, referentes à retenção do IR (imposto de renda) as notas fiscais ou boletos dos pagamentos das parcelas citados no item anterior deverão ser emitidos entre o 1º (primeiro) e o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

5.4 Garantia

5.4.1 A empresa vencedora deverá fornecer termo de garantia referente ao fornecimento das peças fornecidas com vigência mínima de 12 (doze) meses contados da data de emissão da nota fiscal.

5.5 Frete

5.5.1 Frete CIF – Almoxarifado SAAE Indaiatuba.

Nota: Endereço para entrega: Rua Tangará nº 540, CEP 13333-230, Vila Avaí, Indaiatuba, SP.

6. Das Infrações Administrativas e sanções

6.1 Em caso de inexecução total ou parcial da contratação decorrente da contratação direta descrita neste anexo, parte integrante da requisição de compra nº 266/2026, garantida a prévia defesa, o fornecedor incorrerá em infrações administrativas e sanções, descritas abaixo:

- a)** Multa de 2% (dois inteiros por cento) por dia de atraso na entrega, sobre o valor total da obrigação não cumprida, constante no contrato, até o 10º (décimo) dia consecutivo;
- b)** A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso na entrega, multa de até 15% (quinze inteiros por cento) sobre o valor total da obrigação, constante no contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso;
- c)** A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia estará caracterizado a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, aplicando-se o previsto na alínea ‘f’, cumulado com a alínea ‘g’, conforme o caso.
- d)** Multa de 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor do contrato, por entrega em desconformidade com as especificações estabelecidas ou em condições impróprias para a utilização, sem prejuízo da obrigação de substituí-los;
- e)** Nos demais casos de inadimplemento, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, constante no contrato;
- f)** Cancelamento do contrato e suspensão temporária ao direito de licitar com o **SAAE** de Indaiatuba, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 12 (doze) meses, na hipótese de descumprimento integral do contrato;
- g)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja providenciada sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o

contrato ou instrumento equivalente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

- 6.2 A aplicação de multas que ultrapassem o equivalente a 30% (trinta inteiros por cento) do valor do contrato, será causa de anulação do mesmo, unilateralmente pela Autarquia;
- 6.3 As multas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- 6.4 O valor da multa aplicada será cobrado por meio de boleto bancário, devendo ser recolhido no prazo constante do vencimento do boleto. Se o valor da multa devida não for recolhido dentro do prazo de vencimento, será automaticamente inscrito em Dívida Ativa e executado judicialmente.
- 6.5 As penalidades previstas neste contrato têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora do da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao **SAAE**.
- 6.6 Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à **CONTRATADA**, e publicado na Imprensa Oficial do Município e/ou Diário Oficial do Estado (excluída as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente, inclusive junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

7. Requisitos para a contratação

- 7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 7.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 7.3 Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

- 7.4** Declaração assinada por representante legal da contratada, de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (ANEXO III - Modelo de Declaração - Artigo 7º da Constituição Federal);
- 7.5** Proposta Comercial (ANEXO II – Modelo Proposta Comercial);
- 7.6** Termo e Designação e Responsável pela Assinatura do contrato e de preposto (Anexo IV);
- 7.7** Consulta ao site de apenados do Tribunal de Contas (realizado pela Autarquia).

Indaiatuba, 19 de janeiro de 2026.

Mario Marcio da Veiga Figueiredo

Eng.º Eletricista CREA-SP 5061952670

Departamento de Manutenção e Tratamento

Setor de Engenharia Elétrica